Revista Espaço Acadêmico – n. 228 – mai./jun. 2021 – bimestral
ANO XX – ISSN 1519.6186

A educação profissional e tecnológica no Paraná: da ET-UFPR UFPR ao IFPR, uma trajetória de intermitências e disputas

JOEL JUNIOR CAVALCANTE*

Resumo: O presente artigo faz um levantamento bibliográfico sobre a história da Educação Profissional e Tecnológica no estado do Paraná, abrangendo a criação da ET-UFPR, que tem suas origens na Escola Alemã, Colégio Progresso, até a criação do IFPR, que inaugura a "nova institucionalidade" (PACHECO, 2011) da EPT no Brasil. O objetivo é analisar os projetos político-ideológicos de país em curso e como esses influenciaram a estrutura desse setor educacional, historicamente caracterizado pela oferta de uma educação dual (RAMOS, 2014). Por fim, são trazidos dados atuais sobre a estrutura administrativa-pedagógica do IFPR, presente em 26 municípios paranaenses, o que nos lança a um debate sobre os principais desafios da EPT, tanto os globais como os locais, quais sejam: a uberização do trabalho e indústria 4.0, as reformas curriculares recentes, a identidade dos IFs, a expansão do IFPR, entre outras possibilidades dessa política que empreende a interface entre educação e trabalho.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica (EPT); IFPR (Instituto Federal do Paraná (IFPR); Paraná; Ensino dual.

Professional and technological education in the state of Paraná: from ET-UFPR UFPR to IFPR: a trajectory of intermittences and disputes

Abstract: This article makes a bibliographic survey about the history of professional and Technological Education in the state of Paraná, covering the creation of ET-UFPR, which has its origins in the German School, Colégio Progresso, until the creation of IFPR, which inaugurates the "New institutionality" (PACHECO, 2011) of EPT in Brazil. The objective is to analyze the country's political-ideological projects and how they have influenced the structure of this educational sector, historically characterized by the provision of dual education (RAMOS, 2014). Finally, current data on the administrative and pedagogical structure of IFPR, present in 26 municipalities in Paraná, brings us to a debate on the main challenges of EFA, both global and regional, namely: the uberization of work and industry 4.0, the recent curricular reforms, the identity of the IFs, the expansion of the IFPR, among other possibilities of this policy that undertakes the interface between education and work.

Key words: Professional and Technological Education (EPT); IFPR (Federal Institute of Paraná (IFPR); Paraná; Dual teaching.

* **JOEL JUNIOR CAVALCANTE** é licenciado e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); doutorando em Educação pela UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) e professor de Sociologia do IFPR (Instituto Federal do Paraná).

A EPT e os projetos país em disputa

Ao focalizarmos a história das instituições de educação profissional no estado do Paraná, é premente estabelecer uma relação entre o local com o global, analisando vários momentos da história da educação em nosso país, que não podem ser pensados fora dos projetos de nação propalados nesses 521 anos, consubstanciados por um projeto de capitalismo periférico. Se a educação de forma abrangente, em todos os níveis, não pode ser pensada descolada da realidade social, das influências do mundo fora dos 'extra-muros' da escola, tampouco a educação profissional, essa que, especialmente, faz a interface direta entre educação e trabalho, ganha uma relação direta e indissociável. Impossível, portanto, pensar a estrutura das escolas profissionais em determinado território sem lançar um olhar acurado às formas em que se organizam a vida material, econômica, política e social. Em suma: da totalidade do sistema capitalista.

Destarte, Florestan Fernandes (1974) assevera que a burguesia brasileira fez uma opção por um "capitalismo dependente" atendendo interesses e orientações estrangeiras, especialmente dos EUA. Um processo de desenvolvimento desigual e combinado, que Florestan chama de 'modernização do arcaico'. Portanto, nossa raiz escravocrata que culmina em nossa sociabilidade autoritária, anti-povo, perfaz a história de dependência, subsunção e aprofundamento sistemático de nossas desigualdades. Nessa linha, Ramos (2014), assevera que a relação entre educação básica e profissional no Brasil está marcada historicamente pela dualidade, visto a "oferta de uma formação geral e propedêutica para elite, voltada para a formação de futuros dirigentes" (RAMOS, 2014, p. 24), ao passo que uma formação superficial, tecnicista aligeirada é relegada aos filhos dos trabalhadores, visando a empregabilidade rápida e o desenvolvimento da economia e o controle da questão social urbana.

Nessa lógica, Azevedo *et. all*. (2012) sublinham que, em 1909, o presidente Nilo Peçanha cria a Escola Nacional de Aprendizes e Artífices, objetivando primeiramente formar a força de trabalho necessária a expansão industrial do início do século XX, mas ao mesmo tempo propiciar "aos desvalidos de fortuna meios para vencer as dificuldades da vida, mediante o preparo técnico para o trabalho, afastando-os da ociosidade, da ignorância, do vício e do crime, ou seja, tornando-os, cidadãos úteis à nação." (p. 28). Afastá-los das novas ideias subversivas que chegavam do sindicalismo europeu aos trópicos também era uma das justificativas, já que com a organização da classe trabalhadora mundo afora e a ameaça das agitações urbanas, desde esses tempos, é um fantasma para a elite brasileira.

A educação profissional e tecnológica no estado do Paraná

Feita a necessária introdução inicial, nos atemos a alguns caminhos que a educação profissional no estado do Paraná. Em 1892, foi criada a Escola Técnica Federal do Paraná que pertencia à Colônia Alemã de Curitiba. Não por acaso até 1914 era chamada de "Escola Alemã", quando transformou-se em Colégio Progresso, tradicional colégio paranaense criado por imigrantes alemães no século XIX. O Brasil, que abolira recentemente seu processo de escravidão e iniciava sua incursão à 'modernidade' capitalista após séculos de um modelo agro-colonial, trouxera intensas levas de europeus para sorverem a força de trabalho necessária no país. Ainda de acordo com registros da própria

instituição: "Em 1941, a então Academia Comercial Progresso foi adquirida pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, sendo autorizada a funcionar sob dominação "Escola Técnica de Comércio anexa à Faculdade Federal do Paraná". (UFPR, 2019, p. 1).

Em 24 de Janeiro de 1974, a escola é novamente vinculada à Universidade Federal do Paraná, por conseguinte, a partir de 1990 torna-se a Escola Técnica do Comércio da Universidade Federal do Paraná (UFPR). A década anterior, de 1980, é marcada por um intenso período de transformações sociais e políticas no Brasil. O processo de reabertura (ainda que pelo alto) trouxe à cena o retorno de uma efervescência política, amplificaram-se ações de movimentos sociais. À época, o movimento pelas 'Diretas Já', a cidadania, conceito disputado entre conservadores e progressistas, estava na 'boca do povo', (CARVALHO, 2002, p. 7), processo que culminou na Constituição Federal de 1.988, a chamada constituição cidadã.

Atualmente a Escola Técnica da UFPR foi elevada a setor da universidade, intitulado de SEPT (Setor de Educação Profissional e Tecnológica), ofertando além dos cursos técnicos, pesquisa e extensão à comunidade.

A Criação da Rede Federal de EPT (Educação Profissional e Tecnológica) em 2008

Dando um salto na história, já em 2008, há a reconfiguração da rede federal de educação profissional e tecnológica, a Lei n. 11.892/2008 (BRASIL, 2008) cria os Rede Federal e os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, a princípio chamados de IFET. A Escola Técnica-UFPR passou por uma reformulação, já que muitos de seus docentes foram integrar o IFPR, outros optaram pela permanência na instituição, que resistiu à transformação da rede que incorporou quase todos os campi das escolas técnicas federais e CEFETs (Centro Federal de Educação Tecnológica) do país, com exceções como o tradicional Colégio Pedro II no Rio de Janeiro e as unidades do CEFET-MG e RJ. Resistente à mudança capilar da rede, e mais ativa que nunca, a ET-UFPR continua em plena atividade e com a oferta de variados cursos na área técnica, projetos de extensão à comunidade, pesquisa e inovação.

Os IFs surgem com uma nova missão, a chamada 'nova institucionalidade' refunda a rede. Nas palavras de Pacheco (2011), objetivava-se romper com o modelo histórico de submissão aos ditames da indústria no qual, segundo o autor, o setor da educação profissional no Brasil sempre operou:

> Desde 2003, início do governo Lula, o governo federal tem implementado, na área educacional, políticas que se contrapõem às concepções neoliberais e abrem oportunidades para milhões de jovens e adultos da classe trabalhadora. Na busca de ampliação do acesso à educação e da permanência e aprendizagem nos sistemas de ensino, diversas medidas estão em andamento. (PACHECO, 2011, p. 6)

Há, como vimos, um discurso de tentativa de distanciamento das políticas neoliberais difundidas especialmente na década de 1990, quando Fernando Henrique Cardoso empreende a reforma do estado, que descentralizou as políticas sociais, convocando a sociedade civil para o protagonismo das políticas públicas e da ação do Estado. Processos de privatização, incentivo ao voluntariado e todo um avanço de um projeto neoliberal espraiou-se através de um modelo de sociabilidade da chamada 'Terceira Via'. À época, uma nova

pedagogia da hegemonia pautada no consenso ao ideário neoliberal avança a passos largos no Brasil, tendo ampla difusão no terreno educacional (NEVES, 2005).

Pacheco (2011) ainda enuncia a criação de um projeto que transcende o campo pedagógico, colocando-se como projeto societário, socialmente referenciado quando postula a criação de uma nova política-pedagógica na formação de sujeitos na educação profissional e tecnológica:

> O que se propõe, então, não é uma ação educadora qualquer, mas uma educação vinculada a um Projeto Democrático, comprometido com a emancipação dos setores excluídos de nossa sociedade; uma educação que assimila e supera os princípios e conceitos da escola e incorpora aqueles gestados pela sociedade organizada. Mais do que isso, a comunidade educa a própria escola e é educada por ela, que passa a assumir um papel mais amplo na superação da exclusão social'. Entretanto, não basta incluir em uma sociedade desigual, reprodutora da desigualdade. O conceito de inclusão tem de estar vinculado ao de emancipação, quando se constroem também os princípios básicos da cidadania como consciência, organização e mobilização. Ou seja, a transformação do educando em sujeito da história. (PACHECO, 2011, p.10).

Nota-se que o autor demonstra cuidado ao entrar num intenso debate sobre a perspectiva da 'inclusão social', que fora denominado por muitos autores como Azevedo et. al. (2012), como um mantra do empresariado brasileiro como forma de reproduzir ditames do capital, já que os sentidos do "incluir" são difusos. "Qual inclusão" foi um questionamento frequente por parte de setores que defendem uma proposta unitária e contra-hegemônica, já que o termo substitui as palavras como exploração, opressão, dominação (AZEVEDO et. al., 2012, p. 33). A despeito de todo esse debate, a argumentação de Pacheco assevera que, mais que incluir, é preciso emancipar sujeitos historicamente excluídos, caso contrário reedita-se as políticas compensatórias do período anterior, as quais a nova institucionalidade da EPT tenta se desvincular.

O IFPR e sua expansão

No bojo da criação das políticas dos IFs, localmente o Instituto Federal do Paraná (IFPR) criado simultaneamente à Lei n. 11.892/2008 (BRASIL, 2008), cria-se também a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPTC), contemplada pelos novos 38 Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, que agora abrigaria (a maioria) dos antigos CEFET´s. e das escolas agrícolas federais. Assim formou-se a nova rede federal de educação profissional e tecnológica, ainda que congregando instituições com características diversas, mas tendo em comum a perspectiva da interface da educação com tecnologia, cultura e trabalho.

O caso do IFPR, em particular, como supracitado, origina-se da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR). Segundo o atual reitor, Prof. Dr. Odacir Antônio Zanatta, no livro *Presente, passado e futuro: 10 anos de IFPR* (IFPR, 2019), ter a gênese vinculada à UFPR foi de substancial importância, haja vista a tradição e excelência da instituição centenária, já com 139 anos. O gestor relata ainda todo o intenso trabalho que se deu para que esse projeto se materializasse, visto que a escola técnica da UFPR, transformada em instituto federal, só tinha 65 servidores à época. Para além da

materialização física, existia um enorme desafio em compor o quadro institucional, qual seja: a estrutura organizacional, os estatutos, regimentos, diretrizes e conselhos. Somado a isso, a obtenção da força motriz principal de uma instituição: os seus servidores, o material humano que é alma de qualquer projeto.

Superados os desafios iniciais e todo o preço do pioneirismo de 'quem chega primeiro', a instituição chegou à sua primeira década com uma expansão e desenvolvimento notório. O IFPR comporta hoje 26 unidades, 20 *campi* e 6 unidades avançadas, nos seguintes municípios paranaenses: Arapongas, Assis Chateaubriand, Astorga, Barracão, Campo Largo, Capanema, Cascavel, Colombo, Coronel Vivida, Curitiba, Foz do Iguaçu, Goioerê, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Jaguariaíva, Londrina, Palmas, Paranaguá, Paranavaí, Pinhais, Pitanga, Quedas do Iguaçu, Telêmaco Borba, Umuarama e União da Vitória. Está presente, portanto, em todas as regiões do Paraná, além da Educação a Distância (EAD), com 85 mil estudantes em todas as partes do país.

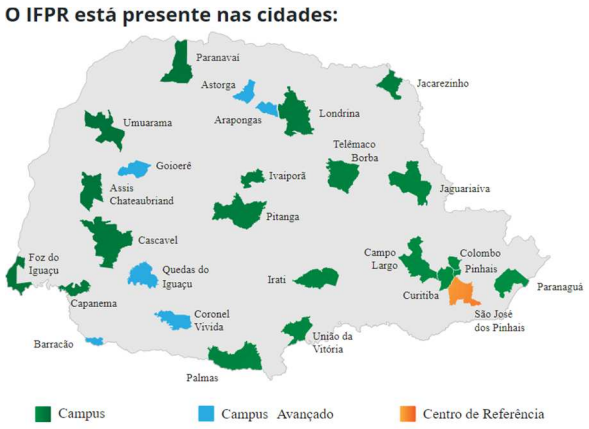

Figura-Mapa dos *Campi* do IFPR distribuídos no Estado do Paraná. (IFPR/2020).

A imagem destaca a capilarização da instituição em todo estado, evidenciando o alcance e interiorização que permite atender parcelas de estudantes que não tinham acesso à essa modalidade de ensino, seja o ensino técnico integrado, as licenciaturas e mestrados, possibilitando (em alguns campi) a verticalização do ensino na mesma instituição:

> Nos mais distantes rincões deste Estado, muitas trajetórias de vida, às quais era alienado o direito de se enxergar como autor de seu destino, foram e estão sendo tocadas e transmutadas pelo IFPR, ao mesmo tempo que nos emocionam e estimulam a entregar sempre o melhor. Há 10 anos, o IFPR proporciona a seus estudantes, do jovem ao idoso, condições de desenvolvimento profissional, começando pela qualificação profissional até o título de Mestre, fazendo com que sua estrela sempre brilhe. (IFPR, 2019, p. 15).

Os primeiros passos das unidades, iniciando pelo campus Curitiba, foram os campus de Paranaguá e Foz do Iguaçu, contemplando um extremo ao outro no estado. Nos anos seguintes, novas unidades foram se propagando pelo Paraná, dando vida a um dos maiores institutos federais do país.

A estrutura administrativa da reitoria conta com os seguintes órgãos:

> Diretoria de Educação a Distância (EaD), Diretoria de Infraestrutura (DI) e Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC); e cinco pró-reitorias — Pró-Reitoria de Administração (Proad), Pró-Reitoria de Ensino (Proens), Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Proeppi), Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progepe), Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan). (IFPR, 2019, p. 17).

A estrutura administrativa do IFPR assemelha-se muito à da UFPR, o que não poderia ser diferente, uma vez que foi gestada a partir dessa instituição, que exportou também os primeiros servidores que inicialmente formataram esse modelo organizacional.

As 26 unidades, porém, trabalham com ofertas variadas de cursos, ao todo são 138, em razão da particularidade de *campi* e a demanda regional. Esse fator é apontando pelos estudiosos mais críticos dos IFs como problema, tanto como exaltada pelos autores mais entusiastas da instituição, visto que os *campi* dialogam diretamente com os arranjos produtivos locais.

De acordo com o Portal Info da reitoria do IFPR, em 2021, 66,9% dos cursos estão na categoria de cursos técnicos; 9,92 na área de tecnologia; 9,31 % licenciaturas; 8,26% de bacharelados; 3,2% de especialização; 1,08% de formação continuada; 0,82 em formação inicial; mestrado 0,28% e mestrado profissional 0, 22%. Notamos que o IFPR expandiu continuamente o ensino superior, visto que conta com 23 cursos de graduação, divididos entra as modalidades de licenciatura e bacharelado, com cursos direcionados prioritariamente para as áreas tecnológicas, embora as humanidades, e biológicas também figurem na lista, ainda que em menor número. Por conseguinte, a pós-graduação também expandiu-se, contando 20 cursos de pós-graduação *lato sensu* e 3 Programas de Pós-Graduação, com Cursos de Mestrado (pós-graduação *stricto sensu)*. Também complementam o quadro de cursos ofertados pelo IFPR os cursos técnicos subsequentes, formação inicial e continuada (FIC) (ofertados pelo próprio IFPR ou como projetos de extensão) e PROEJA (Educação de Jovens e Adultos).

Importante atentar que a tão ensejada verticalização, que consiste na possibilidade de escalada e avanço da escolaridade do educando na mesma instituição, partindo do médio técnico para o curso superior, pós-graduação, mestrado e doutorado, perspectiva muito cara ao projeto dos institutos federais, ainda é uma realidade distante quando olhamos o caso do IFPR. Em que pese o fato de alguns campi comportem estudantes que fizeram o médio técnico integrado e estarem, atualmente, cursando graduação e até mesmo mestrado no mesmo campus, algumas unidades possuem basicamente apenas o ensino médio técnico integrado, enquanto em outras há a prevalência do curso superior, o que gera uma ruptura nos objetivos de verticalização.

Seminal ponderar, entretanto, que o caso do IFPR, provavelmente, é um espelho que projeta essa heterogeneidade regional que incide na realidade de cada *campi,* quando pensamos a tão difusa realidade brasileira, com seu território continental e suas contradições imanentes. Essa é uma questão que ainda deve ser muito debatida no interior dos IFs enquanto política pública. Entretanto, por outro lado, deve-se considerar que essa instituição tem apenas 12 anos e um percurso de expansão ainda no horizonte, sendo relevante investigar: é possível pensar na perspectiva da verticalidade, e por conseguinte em uma identidade coesa para os institutos federais, em meio um manancial de realidades e contextos tão dissonantes?!

Frise-se ainda que, no caso do Paraná, a disparidade e assimetria quantitativa de oferta de cursos/modalidades entre os *campi* também justificam-se, para além das especificidades locais, como alinhamento aos arranjos produtivos regionais, demandas locais, mas também à classificação entre campus e campus avançado. Este último, ao contrário do que aparentemente pode parecer, carregam a alcunha de 'avançado' pois se configuram como unidades menores, com uma estrutura organizacional reduzida, situados geralmente em municípios pequenos, com baixa ou média densidade populacional. São seis os *campi* avançados do IFPR, localizados nas cidades de Arapongas, Astorga, Barracão, Coronel Vivida, Goioerê e Quedas do Iguaçu. Todos esses municípios, exceto Arapongas, que possui mais de cem mil habitantes, possuem entre 10 a 35 mil habitantes, o que justifica o fato desses *campi* serem avançados, ou seja, unidades menores, com menos demanda e oferta de cursos. O IFPR tem hoje 30.318 estudantes matriculados, 21.336 no ensino presencial e 8.982 no EaD (IFPR, 2021), distribuídos nos seguintes *campi*, como ilustra a tabela:

Tabela 1: discentes por *campi* do IFPR (2021)

Unidade	Hoje/2021
ASSIS CHATEAUBRIAND	818
AVANÇADO ASTORGA	190
AVANÇADO BARRACÃO	242
AVANÇADO CORONEL VIVIDA	366
AVANÇADO GOIOERÊ	246
AVANÇADO QUEDAS DO IGUAÇU	122
CAMPO LARGO	863
CAPANEMA	327
CASCAVEL	571
COLOMBO	5.246
CURITIBA	5.650
FOZ DO IGUAÇU	1.218
IRATI	736
IVAIPORÃ	670
JACAREZINHO	836
JAGUARAÍVA	387
LONDRINA	905
PALMAS	2.615
PARANAGUÁ	1.167
PARANAVAÍ	940
PINHAIS	3.039
PITANGA	411
TELÊMACO BORBA	1.185
UMUARAMA	1.119
UNIÃO DA VITÓRIA	365
REITORIA	

Fonte: site reitoria IFPR/ Portal Info (2021).

Nota-se que, via de regra, os *campi* localizados em municípios maiores e de maior densidade demográfica comportem os maiores quantitativos de estudantes matriculados. Todavia, embora seja uma tendência, não é regra, visto que há municípios menores e com população também reduzida, que possuem índice elevado de estudantes quando comparado a regiões metropolitanas. É o caso dos municípios de Telêmaco Borba e Palmas, que embora tenham uma população estimada em 79 mil habitantes (IBGE, 2021) e 51 mil habitantes no segundo caso, comportam grande contingente de alunos matriculados, superados apenas por municípios maiores como Curitiba, Paranaguá, Foz do Iguaçu etc.

O IFPR possui 2.225 servidores ativos, totalizando 1.278 docentes efetivos, 154 docentes substitutos, 947 técnico-administrativos distribuídos nos *campi*. Deste universo: 2,29% possuem o ensino médio; 8,76% possuem titulação de graduação; 25,66% de especialização; 39, 82% de mestrado e 25, 66% de doutorado. (IFPR, 2021).

Tabela 2: quadro docente, técnicos administrativos e estagiários do IFPR

Unidade	Docente	Docente Substituto	TAE	Estagiário
ASSIS CHATEAUBRIAND	54	8	33	1
AVANÇADO ASTORGA	21	1	12	0
AVANÇADO BARRACÃO	14	3	7	0
AVANÇADO CORONEL VIVIDA	18	0	10	0
AVANÇADO GOIOERÊ	20	3	11	0
AVANÇADO QUEDAS DO IGUAÇU	13	0	7	1
CAMPO LARGO	56	3	33	0
CAPANEMA	23	4	13	7
CASCAVEL	35	5	34	0
COLOMBO	35	3	19	0
CURITIBA	191	26	127	7
FOZ DO IGUAÇU	62	7	40	0
IRATI	37	4	33	1
IVAIPORÃ	45	2	30	0
JACAREZINHO	55	8	36	2
JAGUARAÍVA	24	2	12	2
LONDRINA	66	6	45	0
PALMAS	135	25	50	5
PARANAGUÁ	71	14	40	6
PARANAVAÍ	68	8	44	8
PINHAIS	30	4	16	0
PITANGA	24	0	18	0
TEMÊMACO BORBA	55	7	32	1
UMUARAMA	57	10	40	2
UNIÃO DA VITÓRIA	28	1	17	2
REITORIA	25	0	201	12

Fonte: Site reitoria IFPR. (2021)

Nessa primeira década, o IFPR formou mais de 12 mil estudantes na modalidade de ensino técnico, que se subdivide em médio integrado, por um lado; e ensino técnico concomitante, subsequente, cursos de capacitação, etc., por outro.

Visando conter o avanço da evasão dos estudantes e promover uma maior qualidade e desenvolvimento êxito pleno na permanência, especialmente àqueles com maior vulnerabilidade social, o IFPR possui ações voltadas para a Assistência Estudantil. Essas ações são centralizadas pela DAES (Diretoria de Assuntos Estudantis), vinculado à Pró-reitora de Ensino (PROENS). Essa política estudantil é destinada ao provimento e auxílio nas seguintes áreas: alimentação, transporte, moradia, aquisição de materiais didáticos, projetos educacionais, monitorias, esporte e Núcleo de Assistência a Estudantes com Necessidades Especiais (NAPNE), como dispõe a própria instituição:

Atualmente, segundo a Diretoria de Assuntos Estudantis, 3.394 estudantes são beneficiados e assistidos por essas políticas. Importante frisar que essas ações são fundamentais para a efetivação da missão institucional que se propõem os institutos federais, já que é enunciado em todos os documentos oficiais o caráter de inclusão social.

As avaliações internas da instituição mostram que nos últimos anos a taxa de evasão escolar vem caindo: no ano de 2016, a taxa era de 21,0% de evasão; em 2017, 20,0% e, em 2018, 11,0%. A instituição credita essa queda primeiramente à qualidade dos cursos, mas também às políticas de assistência estudantil, que garantem a permanência e êxito na conclusão dos cursos. Importante sempre registrar que a maioria dos estudantes dessa instituição são estudantes oriundos da classe trabalhadora. Segundo o Conselho Nacional das Instituições da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), 76,0% dos estudantes da Rede Federal tem renda familiar de até 1,5 salário mínimo (IFPR, 2020).

As cotas (raciais e sociais) e políticas afirmativas também é uma ação presente nos critérios de acesso à instituição. Acompanhando toda a discussão sobre a dívida histórica que o Estado brasileiro tem para com os negros e mais pobres, uma parcela considerável de estudantes do ensino médio integrado – 50,0% - são admitidos via critério de cota racial e social, o que exige, além dos cortes de renda, que sejam oriundos da escola pública.

Conclusão

Por fim, apesar da expansão exponencial dos IFs em território nacional, e também no estado do Paraná nos últimos anos, é imperioso observar que o momento histórico favorável que permitiu a criação ampliação dessa política já não existe mais. Do contrário, nos últimos anos, uma série de ataques às políticas sociais foram direcionados às conquistas que tivemos nas últimas décadas. No momento atual, em que uma nevoa de incerteza está posta sobre nosso país, agudizados ainda mais pela pandemia do SARs-COV-2, o destino dos institutos federais também fica em suspenso.

Retomar a discussão sobre o contexto de disputas que envolvem a educação profissional e tecnológica é tarefa basilar nesses tempos. Se a nova institucionalidade, difundida a partir da criação da Lei n. 11.892/2008 que criou os IFs, enuncia segundo Pacheco (2011), uma escola para formar ‘cidadãos e não consumidores’, os novos acenos do governo de ultradireita de Jair Bolsonaro indicam um caminho inverso. O programa ‘Novos Caminhos’, que se

apresenta como uma reformulação no setor profissional e tecnológico, visto a 'necessidade de criação de cursos alinhados aos setores produtivos', sinalizam o direcionamento de tais políticas. As novas diretrizes da EPT-Res. CNE 01/21 (BRASIL, 2021) denotam o processo de '*senaização*' dos IFs (FRIGOTTO, 2021). Somado a todos esses movimentos, o congelamento dos gastos em educação e políticas sociais em 2017 e a militarização de muitas escolas públicas no território nacional perfazem o cipoal de ataques que ameaçam ao futuro dos IFs enquanto política pública educacional. Em esfera mundial, e não importante nesse cenário de avanço do capital, o mercado acena para a chamada indústria 4.0, *uberização* do trabalho e da educação flexível (ANTUNES, 2018; KUENZER, 2007), tendências presentes nos discursos pedagógicos e nas políticas recentes.

No Paraná, o desafio passa pela manutenção de alguns *campi* avançados, mas também pelo fortalecimento e consolidação dos *campi* maiores, bem como a expansão das frentes de trabalho, é um dos desafios atuais. Muitas também são as dúvidas sobre o aporte financeiro, ante ao momento de austeridade econômica, adotados pela agenda ultraneoliberal de Paulo Guedes, agudizadas pela pandemia que, paradoxalmente, teve o Estado, o SUS, o auxílio financeiro como sustentáculos para evitar uma tragédia social de proporções ainda maiores, já que no momento que finalizamos esse artigo, aproximamo-nos do triste número de 250 mil mortes, sem ainda um cronograma e de um plano nacional de imunização, já que contamos com pouquíssimas doses de vacinas comparados à população brasileira.

Na nevoa de incerteza política e sanitária que parecem não se dissipar, resta aos defensores da escola pública e de uma escola unitária para os trabalhadores a defesa aguerrida desse projeto. Como afirma Frigotto (2021) a rede federal, com suas entidades (CONIF, ANDES, PROIFES), deve-se comportar, de fato, como "rede", articulada, unificada, e combativa, e não como fiapos que não dialogam. Apenas com a perspectiva de resistência política e pedagógica manteremos nossa política de educação profissional e tecnológica, tão necessária ao Brasil soberano e justo que sonhamos para as próximas gerações.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018. 441 p.

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, E. O.; COAN, Marival. As políticas públicas para educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem? **Boletim Técnico do SENAC**, v. 38, p. 27-40, 2012.

BRASIL. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**, e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** 30 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 12 jun. 2019.

BRASIL, Resolução 01/2021. CNE/CP. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em:** https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578. Acesso em: 28 Jan 2021.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: um longo caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de intepretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Apresentação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o ensino médio integrado e o projeto

societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018a, p.7-14.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Projeto societário, ensino médio integrado e educação profissional**: o paradoxo da falta e sobra de jovens qualificados. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018b, p.41-62.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Alteração nas Diretrizes Curriculares para a EPT- O que isso nos afeta?** Live SindiCefet-Mg, 2021. You Tube. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=MViXebfTPMI>. Acesso em: 4 de fev de 2021.

IFPR. **Portal de Informações do IFPR** (Instituto Federal do Paraná). 2021. Disponível em: < http://info.ifpr.edu.br>. Acesso em 14 Jan de 2021.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. 1ª edição. Coleção Formação Pedagógica. Volume V. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em: 17 de Jul de 2020.

IFPR. Site Reitoria. **O que é NAPNE. 2020.** Disponível em: < https://reitoria.ifpr.edu.br/menu-academico/nucleo-de-atendimento-as-pessoas-com-necessidades-educacionais-especificas/o-que-e-napne/>. Disponível em: 19 Out de 2020.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Da dualidade assumida à dualidade negada**: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. 1. Edição-Educação e Sociedade. *Campi*nas: 2007. 12 págs. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300024&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 04 de out, 2020.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade. São Paulo: Xamã, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Da escola técnica ao setor de educação profissional e tecnológica-UFPR: um pouco da história.** Portal UFPR, 2009. Disponível em: https://www.portal.ufpr.br/Historico_biblioteca_ET_SEPT.pdf. Acesso em: 10 de dez 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Paraná ganha IFET, mas a UFPR mantém a Escola Técnica.** Site UFPR, 2008. Disponível em: < https://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/parana-ganha-ifet-mas-a-ufpr-mantem-a-escola-tecnica>. Acesso em: 15 dez de 2020.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: Fundação Santillana; São Paulo: Moderna, 2011. Disponível em: < https://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>. Acessado em: 12 de jan. de 2020.

Passado, Presente e Futuro: 10 anos de IFPR. / Odacir Antonio Zanatta, (Org.) et al. - Curitiba: IFPR, 2019. 408p. Disponível em: < https://reitoria.ifpr.edu.br/passado-presente-e-futuro-10-anos-de-ifpr/>. Acesso em: 12 abr 2021.

Recebido em 2021-02-28
Publicado em 2021-05-01